

A pesquisa e o "desmonte"

Os cortes no Orçamento de 89 da União vão atingir também os órgãos de pesquisa. Os técnicos tem um retrocesso sem precedentes na área da pesquisa agropecuária.

Anova Constituição, reforçada pela reforma tributária, que está sendo engendrada e pelo Orçamento Geral da União, (OGU), que deverá ser votado pelo Congresso Nacional, transferiu para os estados algumas responsabilidades consideradas importantes para a segurança nacional. É o caso por exemplo, dos investimentos em pesquisas do setor agrícola, até este ano, encabeçados pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), do Ministério da Agricultura. Ocorre que os presidentes das empresas estaduais, que atuam nesta área, não confiam na visão de muitos dos atuais governadores em relação a esta questão. Por isto, eles estão se organizando e os congressistas que se preparam, por que o alvo do lobby são as bancadas estaduais que terão, entre outros poderes, o de modificar o ítem do ogu, que determina à Embrapa, orçamento zero para repasses às empresas estaduais de pesquisa agropecuária.

No início deste mês a Emgopa (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária) patrocinou, em Brasília, uma reunião dos 17 presidentes de empresas estaduais. Deste encontro resultou um documento, composto de 10 ítems, que foi apresentado ao presidente da Embrapa, Ormuz de Freitas Rivaldo. Em meio a veladas críticas em relação ao tratamento dispensado às empresas, os representantes estaduais reivindicaram maior participação na elaboração dos projetos desenvolvidos no âmbito do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária (SCPA), melhores condições de trabalho para as empresas, bem como o empenho da diretoria da Embrapa junto aos governos estaduais, para o auxílio aos dirigentes destas instituições. Mas o ponto mais importante do documento foi mesmo quanto as verbas para o setor, combinado com a justificativa para que a Embrapa continue coordenando o sistema cooperado de pesquisa. O documento também chama atenção para a impossibilidade, a esta altura dos acontecimentos e do encerramento do ano, de se assegurar recursos nos orçamentos dos estados, para 89.

Repasses difíceis

Em Goiás, o presidente da Emgopa, Waldemar Pinto Cerqueira, assegurou que "o governador Henrique Santillo é sensível ao problema". Mas, da mesma



forma que o titular da Embrapa, ele disse que não há garantias de que os governos estaduais manterão os repasses para o setor. "Tenho minhas dúvidas", afirmou Ormuz Rivaldo ao mencionar os pedidos de complementação de verbas para Embrapa, junto a Comissão Mista de Orçamento do Senado, cujo relator é o senador Almir Gabriel (PMDB). Segundo Rivaldo, o orçamento global da Embrapa está calculado em Cr\$ 40 bilhões, incluindo uma suplementação na ordem de Cr\$ 12,8 bilhões. Deste total, Cr\$ 7 bilhões já foram aprovados pela subcomissão de Agricultura, mas ainda faltam os Cr\$ 5,8 bilhões restantes e, o mais importante de tudo isto, passar pelo crivo da votação geral do orçamento, possivelmente, no próximo dia 30. Se estes pedidos forem atendidos os PNP's (Programas Nacionais de Pesquisas) estarão assegurados, informou o presidente da Embrapa, que se diz defensor do SCPA, por dois motivos: "ele é vital para a Embrapa e, porque é de suma importância manter o caráter regional da pesquisa".

Se estas expectativas não se concretizarem, a programação da Embrapa, para o próximo ano, terá que ser "redimensionada", conforme disse o seu presidente. Neste caso, destacam-se entre as prioridades os programas de biotecnologia, biologias de solos, tecnologias para alimentos básicos e melhoramento genético. O que não evitaria que o país tenha "prejuízos irreversíveis", por exemplo, na área de geração de tecnologias. O que significa que estão ameaçados os superávits na balança comercial, por conta da

uma variedade produzida no período de seca (entressafra).

Falência à vista

Na avaliação do presidente da Emgopa, sem a Embrapa a falência do SCPA é inevitável, porque ela responde por 90% do custeio da pesquisa realizada pelas empresas estaduais. No cômputo do orçamento destas instituições, esses repasses correspondem a quantias que equivalem de 8% a 20% do global. No que se refere a empresa goiana, a dependência em relação a Embrapa está em torno de 15% do orçamento, que o seu presidente preferiu não revelar o montante. Ele apenas disse que a quantia transferida "representa quase toda movimentação do setor de pesquisa da Emgopa". Pela Embrapa, Ormuz Rivaldo afirmou que os repasses aos estados representam algo em torno de 15% do seu orçamento ou "um pouco mais de Cr\$ 1 bilhão", sómente neste ano. Ele também se queixa da rigidez da Seplan para com a Embrapa, assinalando que a falta de verbas tira a competitividade do governo em relação a iniciativa privada, no que diz respeito a manutenção do seu quadro de pesquisadores. É o resultado é a evasão destes profissionais, depois que o governo passou de cinco a sete anos investindo na sua formação.

No ano passado, por exemplo, dos dois mil pesquisadores mantidos pela empresa, 112 estavam espalhados por 24 universidades americanas e outros 50 na Europa, totalizando 85% do quadro de pessoal com mestrado e doutorado "nas melhores universidades do mundo", explicou.

E o Ministério da Agricultura não tem força para alterar este quadro, concorda o presidente da Embrapa com o secretário geral adjunto do MA, Benedito Rosa, que colocou a posição do Ministério frente à questão. "Estamos em compasso de espera, para ver o que foi cortado e então recompormos nossa ação", afirmou Rosa, acrescentando que há muita expectativa quanto a peça orçamentária que vai sair do congresso, uma vez que a proposta inicial recebeu mais de mil emenda. Ele se diz esperançoso, mas não muito otimista, em relação a reposição de recursos para os órgãos do setor agrícola, como a Embrapa e a Embrar. Mas, apesar dos problemas que os cortes vão acarretar, Benedito Rosa vislumbra um ponto positivo na operação desmonte, que ele prefere chamar de "adaptação". De acordo com o secretário geral adjunto do MA, "o governo vai restabelecer o poder estadual e municipal, provocando uma mudança de comportamento nos políticos, que passarão a se ocupar do debate nacional, sem precisar ficar em ante-salas de burocratas a cata de recursos". (Cleide Castro)